

25 SET 2018 01:55:54

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 Lisboa

Sua referência:
S11997-201808-DSOT/DOT
Proc.º 16.05.05.02.0000006.1999

Sua comunicação:
2018.08.17

Nossa referência:
Ofício n.º:
Entr. Int.: NOT-344/2018

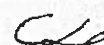
ASSUNTO: Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere – 16.05.05.02.0000006.1999

Na sequência da convocatória remetida por essa Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, através de v/ofício em referência, e após análise dos elementos disponibilizados em suporte digital, informa-se V. Ex.ª que se considera que a presente proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere deverá ser revista de modo a ir ao encontro do previsto no Dec. Regulamentar n.º15/2015, salvaguardando, pelo menos, a compatibilização da prospecção, pesquisa e exploração de recursos geológicos com as diferentes categorias de solo rústico.

De acordo com a legislação em vigor:

- Classifica-se como solo rural o que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.
- Classifica-se como solo urbano o que se destina a urbanização e a edificação urbana.

Neste sentido, constata-se a existência de situações que poderão ser entendidas como contraditórias, sendo um desses exemplos as constantes, entre outros, nos Artigos 60.º, 61.º e 63.º, bem como nos Artigos 100.º a 105.º (que não salvaguardam as “Situações Especiais” ao nível do solo rústico, uma vez que estão incluídas no “Título VI-Solo Urbano”).



Note-se que a atividade extrativa encontra-se regulamentada por legislação específica no âmbito da gestão do território e da preservação e valorização dos diversos usos do solo, encontrando-se prevista naquele diploma (Dec. Regulamentar n.º 15/2015) a possibilidade do seu exercício em diversas classes de espaço, nomeadamente agrícolas e florestais, sendo objetivo do diploma, entre outros, a “preservação e defesa de solos com potencialidade para aproveitamento de exploração de recursos geológicos” (alínea d) do Artigo 37.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio).

Também o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) (Decreto-Lei n.º 166/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro) e o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro) estabelecem a compatibilidade da atividade extrativa com estas classes de espaço.

Assim, e não querendo desvirtuar a proposta de revisão de Plano, propõe-se que a redação do atual Artigo 100.º, referente à “Exploração de Recursos Geológicos”, no âmbito das “Situações Especiais”, seja enquadrada no Capítulo II, referente às “Disposições Comuns ao Solo Rústico e ao Solo Urbano”, sugerindo-se que a sua redação tenha o seguinte sentido:

Situações Especiais

Art.º xxxº

Exploração de recursos geológicos

- a) *É admitida a prospeção, pesquisa e exploração de recursos hidrogeológicos (águas minerais naturais e águas de nascente) e de recursos geotérmicos em todas as categorias de espaço do solo urbano e do solo rústico, devendo salvaguardar-se as demais servidões administrativas.*
- b) *A prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais (massas minerais e depósitos minerais) é admitida em todas as categorias de espaço do solo rústico, devendo salvaguardar-se as demais servidões administrativas.*

A exploração de bens geológicos do domínio privado poderá ser condicionada à emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, caso não se localize em espaço predominantemente afeto à exploração de recursos geológicos.

Propõe-se, desta forma, que a proposta de Regulamento tenha em consideração o atrás mencionado.





Direção Geral
de Energia e Geologia



REPÚBLICA
PORTUGUESA
ECONOMIA



Portugal
Energia

Mais se informa que da análise das peças desenhadas, nomeadamente Planta(s) de Condicionantes e Ordenamento, bem como dos restantes elementos da proposta de Plano, considera-se nada haver a referir.

Com os melhores cumprimentos



Chefe da Equipa Técnica do SIG e Ordenamento

Chefe da Equipa Técnica do
SIG e Ordenamento
(Despachos DGEG nº 26 e 27, de
06.03.2018)

NSN

